



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nºs 077/078/079

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 077

66ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 03

Pequeno Expediente:

Dep. José Domingos Scarpellini 08

Dep. Barbosa Neto 08

Dep. André Vargas 09

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. André Vargas 09

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 11

Discussão / Votação:

Redação Final 11

3ª Discussão 20

2ª Discussão 20

1ª Discussão 24

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 25

Publicações:

Atas de Comissões

Tomada de Contas 25

Redação 25

Constituição e Justiça 26

Publicações Administrativas 30

Abertura da Sessão32

Expediente:

Requerimentos32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente33

Discussão / Votação:

Redação Final33

3ª Discussão34

1ª Discussão34

Requerimentos36

Encerramento da Sessão36

Publicações:

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente.36

Publicações Administrativas...36

DIÁRIO Nº 079

67ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva.....38

Presenças.....38

Abertura da Sessão38

Expediente:

Requerimentos39

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Redação Final39

2ª Discussão40

Requerimentos40

Encerramento da Sessão41

Publicações:

Comissão Executiva:

Atos41

Diretoria Geral:

Portarias42

Portarias DAT43

DIÁRIO Nº 078

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Mesa Executiva 32

Presenças 32

<p>DIÁRIO Nº 077</p> <p>66ª SESSÃO ORDINÁRIA</p> <p>Mesa Executiva.....03</p> <p>Presenças.....03</p> <p>Abertura da Sessão03</p> <p>Expediente:</p> <p>Requerimentos.....03</p> <p>Pequeno Expediente:</p> <p>Dep. José Domingos Scarpellini08</p> <p>Dep. Barbosa Neto08</p> <p>Dep. André Vargas.....09</p> <p>Horário das Lideranças:</p> <p>Liderança do PT</p> <p>Dep. André Vargas.....09</p>	<p>Ordem do Dia:</p> <p>Leitura do Expediente 11</p> <p>Discussão / Votação:</p> <p>Redação Final 11</p> <p>3ª Discussão 20</p> <p>2ª Discussão 20</p> <p>1ª Discussão 24</p> <p>Requerimentos..... 24</p> <p>Encerramento da Sessão 25</p> <p>Publicações:</p> <p>Atas de Comissões</p> <p>Tomada de Contas 25</p> <p>Redação 25</p> <p>Constituição e Justiça 26</p> <p>Publicações Administrativas..... 30</p>
---	---

DIÁRIO Nº 077**66ª SESSÃO ORDINÁRIA**

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE JUNHO DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Arlete Caramês, secretariado pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino

da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (45).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Carlos Simões, Edson Strapasson, Luiz Fernandes da Silva Litro, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Renato Gaúcho (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 1700**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1703

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação por mais trinta (30) dias do prazo prescricional para apresentação do relatório da CEI - Das Ocupações das Fazendas do Oeste do Paraná e a sua suspensão durante o recesso parlamentar.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(aa) ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI, RENI PEREIRA, BARBOSA NETO e JOSÉ MARIA FERREIRA.

REQUERIMENTO Nº 1718

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 358/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, item 05 da Ordem do Dia, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 775/05, por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1714

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 426/05, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1707

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 149/06, item 08 da Ordem do Dia, que dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1704

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1706

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nilson Lourenço de Andrade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 28.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1709

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Vitória Picussa, aos 91 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Alves de Assunção, aos 80 anos de idade. Era uma

pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1711

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Novakoski, aos 81 anos de idade. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1712

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alzira Stelli Schultz, aos 88 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1713

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Delprin Matoso, aos 28 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1715

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar, pelo falecimento do cartorário e pioneiro, Sr. Benedito da Costa Coelho Júnior, ocorrido dia 27 de junho, aos 85 anos de idade, na cidade de Arapongas, onde era reconhecido como pioneiro e homem dos mais influentes da sociedade, deixando viúva Dona Maria de Lourdes Batista Coelho, três filhos, netos e bisnetos.

Apesar de radicado em Arapongas, o Sr. Benedito Coelho sempre teve suas atividades em Apucarana onde era o titular do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Apucarana, hoje dirigido pelos filhos, e manteve com a nossa sociedade uma sempre saudável e influente convivência social.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento do Sr. Benedito Coelho e une-se à sociedade de Arapongas nas manifestações de solidariedade e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO Nº 1701

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Grupo Dignidade em comemoração ao dia 28 de junho - Dia Internacional do Orgulho Gay.

Requer ainda, envio de cópia à Diretoria do Grupo Dignidade, na pessoa de seu Presidente, Sr. Tony Reis, no endereço: Travessa Tobias de Macedo, n 53 - 2º andar - Caixa Postal: 1095 - CEP: 80.001-970 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1697

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando que seja verificada a transferência do Agente Penitenciário Luís Carlos Rodrigues Alves, RG: 5.287.422-0-PR, lotado na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu para a Penitenciária Estadual de Londrina.

Vale ressaltar que esse senhor está cursando o último ano de Direito em Londrina e sua transferência acarretaria um atraso em sua formação.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1698

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente solicitando ao Exmo. Sr. Delegado Geral da Polícia Civil, Jorge Azor Pinto, a tomada de providências no sentido de determinar máximo empenho por parte do Delegado da Comarca de Quatro Barras, na apuração do assassinato da menina Giovanna dos Reis Costa.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Passados dois meses do assassinato da menina Giovanna dos Reis Costa, de apenas nove anos, ocorrido no município de Quatro Barras, fato este que chocou a todos nós e mais ainda os moradores de toda a região metropolitana de Curitiba, até o presente momento o crime permanece sem ser elucidado, não havendo nem mesmo pistas concretas dos assassinos. A sociedade em geral e em especial a família da menina Giovanna merece uma resposta ágil das autoridades policiais, principalmente levando-se em conta a crueldade do crime e a comoção social do caso.

Desta forma, na qualidade de fiscais do Poder Executivo, vimos solicitar empenho na investigação do caso.

REQUERIMENTO Nº 1702

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Presidente da Copel, informações quando a situação funcional de Osires Cavaletti, RG nº 2.243.786-0-PR, CPF nº 362.090.819-72:

- qual sua data de ingresso na Copel;
- qual a função na qual foi contratado;
- qual a forma de ingresso junto à Copel;
- se o funcionário participou de programa de demissão voluntária;
- se participou de PDV, qual o ano e qual o último salário recebido;
- quantos anos, meses e dias havia trabalhado antes de participar do PDV;
- qual foi o valor total da indenização recebida no PDV;
- caso não tenha participado de PDV, se pediu demissão, se foi demitido sem justa causa ou por justa causa, qual o motivo e quanto recebeu;
- por quantos anos, meses e dias ficou desligado da Copel;
- qual foi a forma de readmissão desse funcionário, amigável ou judicial;
- se judicial, enviar cópia da decisão;
- quando do reingresso desse funcionário, recebeu alguma nova indenização e qual o valor;
- após a readmissão, qual o cargo, função, lotação e valor da remuneração;

- se após a readmissão prestou serviços ininterruptos à Copel, caso tenha se afastado, qual o motivo;
- se à disposição funcional, para qual órgão?
- se à disposição funcional, continua recebendo remuneração da Copel?

- Em caso de disposição funcional, enviar cópia do convênio, contrato ou ato formal da disposição;

- enviar ainda, ficha funcional do funcionário e lista de frequência;

- ainda, se caso o servidor estiver à disposição de outro órgão, se ele acumula outro salário além do recebido pela Copel; caso receba, se isto gera incompatibilidade funcional junto à empresa e quais as medidas judiciais tomadas pela empresa até agora em função da disfunção.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1708

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Rio Tocantins - bairro Jardim Weisópolis - município de Pinhais, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nessa rua e nas outras do bairro, tendo em vista a ocorrência de muitos assaltos. Os moradores e a comunidade encontram-se apavorados com tal situação, motivo dessa solicitação.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos vândalos e proporcionará segurança para toda a população.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Não há Expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje o nosso Partido, o PSB, vai anunciar a sua coligação às 14h aqui na Assembléia Legislativa. O Deputado Reni Pereira me pediu que fizesse o convite para que, em nome da Bancada do PSB e em nome do diretório regional presidido por Severino Araújo, convidássemos os Deputados, os populares e todos aqueles curiosos que queiram participar desse evento, pois o PSB vai formalizar o seu apoio à candidatura de Osmar Dias ao governo do Paraná. E nós estamos acostumados já à luta política.

Estava vendo ainda hoje o atual Governador do Paraná dizendo que o Senador Álvaro Dias está traindo o seu Partido apoiando a candidatura de Osmar, aqui no Estado.

E por falar em traição, em fidelidade partidária, gostaria de lembrar que em 1989 estava ao lado do atual candidato do PPS coordenando a campanha do candidato Ulysses Guimarães, aqui no Paraná, à Presidência da República, e fomos procurar o Secretário de Desenvolvimento Urbano, na época Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, para que ele juntamente conosco fizesse a recepção ao Dr. Ulysses que viria ao Paraná. E o Requião então me disse que eu deveria ficar na Prefeitura de Apucarana e não me envolver na campanha do Dr. Ulysses, que era uma eleição falida e que ele, Requião, iria apoiar o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva e que não iria participar de nenhuma solenidade ou recepção de apoio à candidatura do Dr. Ulysses. Este é o peemedebista histórico do Paraná, que preferiu que o Dr. Ulysses fizesse o seu trajeto sem nenhum tipo de apoio do MDB estadual e sem o seu apoio, inclusive. E ele vem falar em fidelidade!

Na eleição anterior a Presidente da República, o PSDB, aliado com o PMDB, e é o PMDB do atual Governador Roberto Requião, fizeram uma aliança nacional, José Serra e Rita Camata para vice. A Rita Camata era indicada pelo PMDB e no entanto o Governador do Paraná não apoiou a candidatura do PMDB na coligação com José Serra e apoiou o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito bem, hoje vamos estar às 14 horas, aqui no Salão Nobre da Assembléia Legislativa do Paraná, para formalizarmos o apoio do PSB à candidatura de Osmar Dias ao Governo do Paraná. E sabemos que será uma campanha difícil porque iremos enfrentar uma máquina. Vamos utilizar o horário do meu Partido.

Agradeço o apoio que me é dado pela Oposição, para que possamos continuar o nosso pronunciamento nos horários da liderança da Oposição e do PSB, que é o Partido que representamos, aqui na Assembléia Legislativa.

Sabemos que será uma campanha difícil, mas tenho certeza que a campanha será vitoriosa. Será vitoriosa, porque é o anseio que brota no campo, nas cidades, nas ruas, que vem do interior do Paraná onde vimos já a satisfação de dezenas de prefeitos que mesmo cooptados pelo PMDB, ontem, estavam felizes, radiantes, anunciando apoio à candidatura de Osmar Dias. Anunciando o apoio, porque os prefeitos do Paraná, assim como os ex-prefeitos que já passaram pelo Palácio Iguazu em busca de solução para os seus problemas das municipalidades, não encontraram uma mão parceira do Governador do Estado. Sempre encontraram um não, sempre encontraram uma dificuldade em poder dialogar, em expor e trazer os seus projetos para que o Governo do Paraná pudesse ajudar a viabilizar o sonho de muitas comunidades interioranas, que não encontraram no Governo do Estado o amparo material, o amparo político para poder realizar algumas obras e realizar aquilo que as comunidades inte-

rioranas, na maioria da vezes busca, que são projetos pequenos, uma creche, ampliação de uma escola ou a construção de uma capela mortuária, ou um salão comunitário. E o Governo do Estado do Paraná não foi receptivo, não foi atencioso para com esses projetos que morreram nas gavetas e nos sonhos dos prefeitos que não puderam viabilizar, materializar a necessidade dos municípios paranaenses.

O Paraná está vendo hoje o Governador se deslocando para inaugurar uma obra que não foi construída por ele. Essa obra, lá no fundão, já vem contratada do Governo anterior. A obra que a Copel hoje marcou para fazer a sua inauguração foi construída em parceria com a Elejor. E esse complexo do fundão, aproveitamento da potencialidade hidráulica do Rio Jordão, é uma obra que vai se transformar agora num palanque eleitoral para a campanha do atual Governador do Paraná. Gostaríamos que o Governador estivesse visitando o interior, inaugurando obras para a nossa comunidade paranaense, mas no entanto, isso não foi possível, uma vez que para se inaugurar é preciso se fazer a obra e para se fazer a obra, é preciso iniciar, ter a vontade política e administrativa de fazê-la e o Governo do Paraná não teve e não começou obras e portanto, não tem obras para inaugurar.

O que estamos vendo no interior são alguns capes e alguns lançamentos de obras. É a inauguração da placa de lançamento, as famosas obras fantasmas que o Governo, na maioria das vezes lança e não realiza, não faz, não concretiza, não viabiliza a sua efetivação.

Então, o Governo do Paraná está a dever muito à sociedade paranaense em todas as áreas, na área da agricultura, da educação, em todos os setores da área de transportes.

O que vimos com relação ao pedágio, foram promessas vãs de acabar ou baixar o preço, e as praças de pedágio aumentaram no atual Governo e os preços foram corrigidos de acordo com a vontade das concessionárias que tiveram a simples contestação do Governo, mas que tiveram as suas vontades impostas ao povo paranaense.

Ficamos, na área de segurança, devendo ao povo do Paraná, porque agora estamos vendo alguns painéis: “agora tem polícia na rua”. Eu não sei onde, não sei se esses painéis estão colocados no Estado errado, se era para ser colocado em outro Estado da Federação e terminaram colocando aqui no Paraná. Eu não vejo. Se você ligar no 190 para ser atendido, é mais fácil você ir preso depois de conversar com o policial no 190, porque você vai começar a discutir com ele, que está ligando já há algum tempo e não é atendido e do lado de lá, vem aquela informação de que estão atendendo outras ligações e que não deu para atender em tempo e começa até a ter briga no telefone, porque o atendimento é demorado. Isso para atender ao telefone; agora, para atender a ocorrência então, você tem que esperar de um dia para o outro. O bandido já saiu do flagrante, você não tem condições de ser realmente atendido e isso faz com que o índice de criminalidade no Paraná aumente.

As cadeias públicas estão superlotadas, porque não há penitenciárias para atender às necessidades paraenses. Eu estava vendo outro dia: o Governo de São Paulo construiu 130 penitenciárias nos últimos seis anos, enquanto o Governo do Paraná construiu duas. Guardadas as proporções, São Paulo abriu 140 mil novas vagas nas penitenciárias. Aqui no Paraná, abriram duas mil. Ora, alguma coisa de errado está acontecendo. Temos 140 mil vagas abertas em São Paulo contra duas mil no Paraná. Vamos guardar as proporções. Aqui teriam que ter sido abertas, no mínimo, vinte mil vagas. Estamos com oito mil presos nas cadeias, que precisam ser levados para as penitenciárias e não temos penitenciárias para colocá-los. Para se ter uma idéia, a cadeia de Quatro Barras foi transformada numa cadeia para mulheres. Então, se prenderam um homem em Quatro Barras, não tem cadeia. Tem que ver aonde tem na região metropolitana para poder deslocá-lo para a cadeia que possa recepcioná-lo.

A cadeia de Paranaguá foi construída pelo Governador Moysés Lupion, tem capacidade para 25 presos. Quando estivemos lá, encontramos uma cadeia com 208 presos com a média da temperatura de 45°. Duzentos e oito presos. Uma verdadeira sardinha enlatada. Lá, teve mais de vinte casos de tuberculose, a cadeia foi interdita. Eu pergunto à Assembléia Legislativa do Paraná: iniciou-se a construção de uma nova cadeia lá? Não, porque houve uma briga política entre o irmão do Governador, Eduardo Requião, que é o Presidente do Porto, que brigou com o Prefeito por causa de um imposto, e aí suspenderam a construção da delegacia, da cadeia pública que iria ser feita em Paranaguá.

Isso é um desrespeito, é uma afronta! Isso está acontecendo no Estado todo. Lá em Guaíra é a mesma coisa, uma cadeia que cabia no máximo vinte pessoas está com 180 presos. E o Governo não tem programa para isso? Vem falar em superávit administrativo? Vem falar que vai inaugurar obras? Inaugurar obras aonde? Se não iniciou, não tem o que inaugurar!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Pela Ordem, o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Gostaria de registrar nos Anais desta Casa, a presença do Vereador Vilmar Kaiser, da cidade de Nova Aurora, que nos visita nesta manhã.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Seja bem-vindo.

O Sr. Barbosa Neto com a palavra.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sra. Presidente Arlete Caramês, Sras. e Srs. Deputados.

Saudamos a todos os companheiros do nosso partido, o PDT, que recebem de braços abertos os companheiros do Partido Socialista Brasileiro - PSB, como anunciou agora há pouco o Deputado José Domingos Scarpellini e Deputado Reni Pereira, que farão também parte do arco de alianças encabeçado pelo Senador Osmar Dias, na disputa ao Palácio Iguaçu, nas eleições do dia 1º de outubro.

Para nós, pedetistas, é uma aliança natural, já que nós do PSB e do PDT sempre estivemos no mesmo campo de atuação de centro-esquerda da política brasileira.

O PSB de Miguel Arraes, PSB que esteve somando esforços também na última candidatura em que Leonel Brizola disputou a Presidência da República. Estamos muito satisfeitos com a entrada do Partido presidido por Severino Araújo, no Estado do Paraná. Severino Araújo que também é um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista, guindado pelas mãos de Leonel Brizola, no Paraná. Estamos fazendo uma aliança que visa restabelecer o respeito e o equilíbrio no Estado do Paraná.

Logo mais, teremos o anúncio oficial do PSB entrando na candidatura do Senador Osmar Dias. Mas, de público, estamos subindo à tribuna na manhã de hoje, para agradecer a este convite, como tem dito o Deputado Reni Pereira: não será uma adesão, não será uma aliança por conveniências eleitorais, Deputado José Domingos Scarpellini, mas será uma aliança ideológica, programática, que vai trazer ao PDT e aos partidos que farão parte dessa coligação, provavelmente o Partido Trabalhista Brasileiro também, uma orientação no sentido de formalizar um plano de governo coerente, com uma alternativa para governar o nosso Estado nos próximos quatro anos.

Nesses últimos meses de angústia para muitos, do não anúncio da candidatura do Senador Osmar Dias, nos mantivemos firmes acreditando em todo momento que o Senador anunciaria a intenção de disputar o Palácio Iguaçu.

Não fomos desrespeitosos com a legislação eleitoral, respeitamos uma questão nacional em que o Partido lançou o Senador Cristóvão Buarque para disputar a Presidência da República, porque o Senador Jeferson Peres aceitou ser o Vice de Cristóvão Buarque. Tenho certeza que Leonel Brizola, lá de cima, aprova essa chapa pura do PDT para disputar as eleições presidenciais.

Quero que aquelas vozes discordantes possam assacar qualquer tipo de acusação quanto à ilibada trajetória política desses dois homens públicos que são orgulho para o Brasil, como é o Senador Osmar Dias orgulho para o Estado do Paraná. Estaremos entrando num período eleitoral e o PDT vai colocar as suas propostas para aprovação do povo brasileiro e paranaense em conjunto com os partidos que farão parte dessa aliança, como o PSB, o PP, eventualmente PTB e tantos outros mais.

É um pronunciamento que fazemos na manhã de hoje de forma respeitosa aos nossos adversários. Subi diversas vezes a esta tribuna para dizer que não queria-

mos antecipação do período eleitoral, que deve ser feita pela televisão nos debates, principalmente dentro do foro legítimo e não desta Casa que deve ser utilizada, sim, para debate político, mas para debater as questões do Paraná, os projetos e a fiscalização do Governo que são as missões precípuas dos nossos cargos como Deputados estaduais.

Que sejam felizes todos os candidatos, mas sempre com o princípio ético, respeito moral dentro do civismo que todos nós nos propusemos.

É esse o nosso desejo, fica o registro na manhã de hoje, Sra. Presidente Arlete Caramês.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Queria dar as boas-vindas aos nossos professores e professoras que aqui estão, resistindo a uma forma, no meu entendimento, inadequada de conduzir problemas sérios como a questão do Plano de Cargos dos Servidores da Educação e dos Professores. Resistindo às manobras.

Hoje, vamos votar os itens 8 e 9 da nossa pauta, votando SIM ou votando NÃO. Hoje sairemos com uma posição política desta Assembléia. O Judiciário determinou ao Governador que encaminhasse a esta Casa um projeto de lei tratando do reajuste de salários e recuperação das perdas.

O Governador não o fez e nós protocolizamos o projeto, nesta Casa no sentido de oferecer uma oportunidade para o debate e para equação desses problemas.

Lamentavelmente o Governo, através do seu Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, Deputado Caíto Quintana, Deputado Dobrandino, pediram-nos que retirássemos de pauta para que se fizesse um processo de negociação. Nada aconteceu nessas negociações, a não ser o esforço da direção da APP e de alguns Deputados que lá estivemos, tentando sensibilizar o Governo. Nada aconteceu.

Agora, chegamos ao final das Sessões Legislativas com discussões que não são de fundo, mas de forma em relação aos projetos de lei, vamos debater o assunto. Alguns membros do PMDB apresentaram duas emendas, uma dizendo que o projeto de lei deveria ser lei complementar e outro dizendo que deveria trocar o termo, remuneração por vencimentos.

Quem apresenta emendas, e emendas desse teor, significa que concorda com o conjunto do projeto. Se o Governo, e alguns Deputados do PMDB apresentaram emenda ao projeto é porque a questão do vício de origem está vencido, porque foi votado em primeira discussão, Deputado Traiano, Deputado Welter, ambos da CCJ. V. Exa. que foi relator do projeto, portanto, e votado por esta Casa, a questão da constitucionalidade está vencida.

Apresentada a emenda e se eventualmente acatada pelo Plenário, significa que o resto, há concordância desses Deputados, porque agora chegou a hora de cada um de nós dizer qual a posição quanto ao mérito, se sim, ou se não; e ao Governador, depois, a análise do pleito. Portanto, a nossa expectativa, o nosso combate, a nossa argumentação, não vai para os partidos políticos, mas para cada um dos Deputados que vão votar sabendo da responsabilidade que tem cada voto, assim como cada palavra do ser humano gera conseqüências. É como se fosse, Deputado Durval Amaral, Deputado Reni Pereira, nosso Presidente Hermas Brandão, conforme combinado, e todas as vezes que combinou, cumpriu; é como uma pedra jogada no lago, gera ondas, conseqüências, conseqüências que vão até a borda do rio ou do lago.

Portanto, ao chegar o Deputado Caíto Quintana, que foi um dos que argumentou da retirada de pauta um mês atrás, pedindo paciência para que negociássemos, argumentamos que aceitaríamos qualquer contraproposta, e a APP, a direção disse isso. Em relação aos 150 que não têm impacto financeiro, dissemos isso ao Governo.

Agora chegou a hora de cada Deputado, como eu disse, falar o que acha do assunto, manifestar pelo voto muito mais que pelas palavras, porque as palavras, têm reflexo, sim, mas o voto de cada um, hoje, terá reflexo na luta dos trabalhadores da educação. Argumentações em relação ao formato do projeto virão, burocratismos acontecerão aqui nesta Casa. Mas, o que vale hoje é o voto, o mérito da questão que está em discussão nesta Casa.

E nesse sentido faço aqui um apelo, não é hora de encaminhar. Mas, nessa hora, muitas vezes atribuladamente, apaixonadamente, porque muitos de nós demos a contribuição. Queria agradecer de público o seu parecer, Deputado Traiano, propiciando que chegássemos até aqui.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Faço aqui um apelo aos Deputados: O voto de cada um hoje é precioso. Está sendo acompanhado atentamente, não só pelos professores, porque haverá repercussão na vida daqueles que educam os nossos filhos.

Discursos que a educação é prioridade ouvimos muitos. E mais do que nós, os nossos eleitores ouvem. Mas, quando os discursos não vêm acompanhados da sua finalização concreta, que é o voto, há incoerência.

Aqui é à vontade do legislador. O voto tem autoria de 22 Deputados, que vamos ler os autores, inclusive os Deputados Neivo Beraldin, Reni Pereira e Chico Noroeste. Vamos fazer e continuar fazendo um apelo, uma luta para que aprovemos esse projeto. Gostaria de não estar sozinho e tenho certeza que não estarei.

Deputado Ângelo Vanhoni, na primeira votação, votou conosco e nos solicitou que votássemos junto um projeto importante que inclui as disciplinas de Filosofia e

Sociologia, e que aqui se empenhou por esse projeto. O Deputado Ângelo Vanhoni está conosco. Precisamos da luta, Deputado Barbosa Neto, para que possamos aprovar.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Quero me somar ao seu pronunciamento e dar um testemunho da sua luta em defesa dos professores paranaenses, através desses dois projetos que tive o prazer e a alegria de relatar na CCJ pela sua legalidade.

Quero apenas fazer um registro e uma convocação aos Srs. Deputados: este é o momento da verdade! É o instante de darmos a nossa demonstração de apoio e solidariedade àqueles que têm a incumbência e a responsabilidade de lapidar a mente dos nossos filhos, porque a sala de aula é a extensão dos nossos lares.

Tenho a compreensão que os Deputados estaduais, independente de cor partidária, deverão dar o seu apoio a esses dois projetos, no sentido de estarmos sendo justos com os professores paranaenses.

Quero contrapor aqui os outdoors espalhados pelo Paraná, onde o Governador afirma que o Paraná não tinha salário justo para os professores no passado e agora tem. Parece-me que não! Salário justo, na verdade, é aprovarmos esses dois projetos e o Governador sancioná-los. Com uma pressão de justiça aos nossos professores paranaenses.

Muito obrigado!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Agradeço o Deputado Ademar Traiano.

Faço novamente um apelo aos Deputados que possam nos ajudar, colaborar. Mas, também às bancadas partidárias, PSDB, PDT, PPS. O PPS tem sido importante nas votações.

Pediria à nossa assessoria que convocasse os Deputados do PT, do nosso Partido, que aqui estão, já encontrei vários, que teremos o encaminhamento; vamos fazer este apelo. Também aos Deputados do PMDB, que tenho percebido este processo de negociação, de esforço, de trabalho, que alguns Deputados já tiveram - os Deputados Dobrandino, Elza Correia - em todas as reuniões; Deputados Caíto Quintana, que nos solicitou, apostando que haveria negociação com o governo; além desses Deputados - Deputado Mauro Moraes, que está entrando e que tem relação forte com a educação - que possamos votar em favor dos professores, em favor dos servidores da educação.

São dois projetos. Um que aponta a equiparação salarial e o que propomos e abrimos para o governo é que ele falasse qual era o índice e qual o tempo que faria esta equiparação; que apresentasse uma proposta. Talvez para contraditar este projeto, apresentar e se isto aconteceu já valeu a pena aumentar para 30% e não 25% os gastos com a educação.

Mas, há um projeto, o 150, que não tem impacto financeiro. Se trouxemos até aqui, se suspendemos a votação para negociar, se a APP, os professores, os Deputados lá estiveram para negociar, para conversar, se todos os sinais foram dados para que pudéssemos chegar a bom termo, a um consenso e ainda assim nada, nenhuma vírgula aconteceu, é sinal de que é hora dos Deputados, que são integrantes do Poder Legislativo, que quando se elegem recebem um certificado outorgado pela Justiça Eleitoral, porque também receberam na urna, seus votos. Têm um mandato tão valioso quanto é, porque é popular, o mandato do Governador, que merece o respeito. Cada Deputado, aqui, tem um voto. Cada Deputado assumiu um juramento se responsabilizando pelas suas atitudes para além de estar ou não integrando a base de apoio; é a hora de o Poder Legislativo dar seu sinal.

Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Nelson Garcia, do PSDB, Deputado Miltinho Pupio, hoje chegou a hora de darmos um sinal, se esta Casa entende ser justa a reivindicação. O voto será nominal. Cada um deverá se posicionar. Tenho convicção de que não estarei sozinho na tribuna, defendendo esta causa. Teremos a colaboração, para o convencimento devido. E mais do que o microfone, conversando com os companheiros, é fundamental que esta Casa, depois de regimentalmente ter postergado algumas votações e estava dentro do Regimento - agora, chegou a hora. Diga SIM à educação, SIM aos professores, SIM aos funcionários.

O Sr. Marcos Isfer (PPS) (Aparte)

Apenas para reafirmar, porque V. Exa. já falou que conta com o apoio do PPS e o PPS estará votando da mesma forma que pusemos os 30% na LDO para a educação.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Muito obrigado, Deputado Marcos Isfer.

Era isso.

Força, vamos batalhar porque a votação acontecerá em instantes, mas haverá oportunidade dos argumentos!

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (Questão de Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Vereador Silmar de César, popular Pezão, da cidade de Realeza.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Seja bem-vindo.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 1685, de autoria do Deputado André Vargas, com apoio dos Deputados Marcos Isfer, Natálio Stica, Barbosa Neto e demais Deputados, constante do expediente de sessão anterior solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 28.06.06 em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 149/06 e 150/06. **Recebido; Protocole-se; Conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação no Plenário.**

Requerimento nº 1704, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/06, dispondo sobre as diretrizes para elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2007. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 194/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As metas e prioridades para o exercício de 2007, centradas nos macroobjetivos de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social, desdobram-se em ações inseridas nas cinco linhas a seguir discriminadas:

1. Educação, Inovação e Cultura e Turismo – articular programas que assegurem uma melhor capacitação da população paranaense pelo conhecimento, difusão cultural e o desenvolvimento científico e tecnológico.

2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente – aumentar a capacidade de competição das atividades produtivas, melhorar o sistema rodoviário do Estado, expandir a infra-estrutura portuária e do meio ambiente visando o desenvolvimento paranaense.

3. Expansão Produtiva – ampliar a base produtiva por via do crescimento dos investimentos na produção e industrialização, inclusive com a promoção de cursos de formação e capacitação nas áreas de investimento e industrialização de matérias-primas e aumento da produtividade.

4. Emprego, Cidadania e Solidariedade – garantir o acesso a programas e serviços de assistência social e geração de emprego e renda para o conjunto dos paranaenses.

5. Gestão do Estado – promover a reestruturação da administração pública, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade e sua capacidade de planejamento e gestão.

Art. 3º As ações serão detalhadas no Projeto de Lei Orçamentária, seguindo os principais objetivos dos Programas:

I - Programa Educação: universalizar a educação básica pública e gratuita de qualidade e assegurar a oferta educacional para os segmentos sociais menos favorecidos;

II - Programa Desenvolvimento do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia: estimular e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III - Programa Ação e Inserção Cultural: valorizar a identidade paranaense e sua produção artística, com incentivo à produção e difusão cultural do Paraná, promovendo a integração com os demais estados brasileiros e com o Mercosul;

IV - Programa Bons Caminhos: atuar na ampliação e na recuperação da infra-estrutura de transportes nos setores rodoviário, ferroviário, aeroportuário e hidroviário;

V - Programa Resgate do Porto Público: resgatar a condição de Porto Público, transformando os portos para-

naenses para atuarem como agentes indutores do desenvolvimento econômico e social;

VI - Programa Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – RMC e Maringá: estabelecer diretrizes para ações na Região Metropolitana de Curitiba e Maringá nas áreas de uso e controle do parcelamento do solo regional, sistema viário, habitação, infra-estrutura, meio ambiente, socioeconômico e institucional;

VII - Programa Meio Ambiente: implantar uma política ambiental, conservar a biodiversidade mediante a gestão, conservação e recuperação dos recursos naturais, inclusive no que se refere às águas subterrâneas;

VIII - Programa Desenvolvimento Urbano e Regional: promover o desenvolvimento regionalizado de uma rede estadual de cidades dotadas de infra-estrutura e serviços urbanos comunitários adequados, bem como o desenvolvimento orientado das cidades;

IX - Programa Energia: universalizar o serviço de energia elétrica barata e de qualidade à população de baixa renda;

X - Programa Desenvolvimento da Agropecuária: incentivar a diversificação e a modernização do setor agropecuário, com vistas à redução da pobreza no meio rural e inserção social do agricultor familiar, executar a prevenção e erradicação de doenças de animais e vegetais;

XI - Programa Desenvolvimento da Produção: promover o desenvolvimento econômico, bem como o desempenho das atividades de apoio relativas aos interesses do Paraná no âmbito estadual e do Mercosul;

XII - Programa Desenvolvimento do Turismo: promover o desenvolvimento sustentável do turismo com ações de fomento da oferta do produto turístico paranaense e sua divulgação, implementando e apoiando os municípios com forte atração turística;

XIII - Programa Trabalho e Renda: aumentar a geração de emprego e renda, desenvolvendo atividades ocupacionais em diversos setores e promover a inserção dos trabalhadores desempregados no mercado de trabalho;

XIV - Programa Leite das Crianças: reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações para a redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil;

XV - Programa Saúde: promover a prevenção, a proteção e a atenção à saúde, de forma integrada, descentralizada e regionalizada, aumentar a cobertura, de forma integral, à saúde de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;

XVI - Programa Assistência Social: implementar a política estadual de assistência social, promovendo ações de proteção, promoção e inclusão social e garantindo direitos e acesso à renda, bens e serviços e às políticas públicas;

XVII - Programa Casa da Família: construir habitações para famílias de baixa renda e indígenas;

XVIII - Programa Saneamento: atender à população com água potável, coleta e tratamento dos esgotos domésticos e resíduos sólidos;

XIX - Programa Segurança Cidadã: desenvolver ações para reduzir a violência e combater a criminalidade;

XX - Programa Justiça: desenvolver ações que visem à preservação dos direitos humanos e à garantia dos direitos individuais e coletivos e ampliar a oferta de vagas no sistema penitenciário;

XXI - Programa Planejamento e Coordenação Geral: aprimorar as práticas de gestão na administração pública e aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos mediante melhor planejamento e coordenação das políticas públicas;

XXII - Programa Administração Pública: melhorar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão pública e investir na capacitação profissional dos servidores públicos estaduais;

XXIII - Programa Paraná Fiscal: gerir a política fiscal e o sistema financeiro estadual;

XXIV - Programa Informação: promover políticas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico do Paraná, notadamente no campo da informação e da informática;

XXV - Programa Apoio Administrativo: manter o suporte administrativo para o perfeito funcionamento das unidades estaduais;

XXVI - Programa de Fomento à Economia Popular Solidária: tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa, convênios e outras formas admitidas em lei;

XXVII - Programa de Valorização do Servidor: elaborar e implementar Plano de Cargos, Carreiras e Salários, para os servidores públicos do Paraná.

Art. 4º No Projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Parágrafo Único. O Poder Executivo discriminará as áreas a que se refere o *caput* deste artigo com seus respectivos montantes, bem como o detalhamento das ações, através de relatório que deverá acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária, para o exercício de 2007.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 5º A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef,

resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 6º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2007, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 17.351.595.300,00 (dezesete bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos reais).

Art. 7º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2006, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 8º A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

Poder Legislativo	5,0%
Poder Judiciário	8,5%
Ministério Público - até	3,7%

§1º Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

§2º O Ministério Público, em decorrência do acréscimo do limite de que trata o *caput* em relação ao percentual do ano anterior apresentará Plano de Trabalho Regionalizado das ações que deverão ser implementadas, com detalhamento por metas e prioridades, a fim de dar cumprimento às disposições contidas na LRF e oportunizando o acompanhamento do Controle Externo, enviando-o à Assembléia Legislativa para ciência e ao Poder Executivo para compor memórias de cálculos.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2007 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 8º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual ;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2007 a 13% das receitas especificadas, devendo todos esses e demais recursos do SUS serem alocados no Funco Estadual de Saúde, criado pela Lei Estadual 10703, de 10 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto Estadual 4029, de 19 de setembro de 1994;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;

X - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 36 desta lei;

XIII - ao Fundo Estadual de Cultura, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 1º As despesas com ações e serviços de saúde a que se refere o inciso VII são relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;

b) vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, vigilância sanitária;

c) orientação alimentar e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;

d) educação para a saúde;

e) saúde do trabalhador;

f) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

- g) assistência farmacêutica;
- h) atenção à saúde dos povos indígenas;
- i) capacitação de recursos humanos do SUS;
- j) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;
- k) produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como: medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados e equipamento;
- l) saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado ao controle de vetores a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI, e outras ações de saneamento a critério do Conselho nacional de Saúde;
- m) serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;

- n) atenção especial aos portadores de deficiência;
- o) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

§ 2º O Estado do Paraná, por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2007, destinará ao Fundo Estadual de Cultura, valor equivalente a 1,5% (hum vírgula cinco por cento) do total da Cota Parte Estadual do ICMS.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da LDO/2007 à Assembléia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 11. Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

- a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);
- b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);
- c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do Governo é estruturada em programas definidos no Plano Plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o Plano e o Orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de Projetos, Atividades ou Operações Especiais (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo (Nível Estadual da Funcional Programática);

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo (Nível Estadual da Funcional Programática);

f) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais (Nível Estadual da Funcional Programática);

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido.

i) Unidade Orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

§ 2º A Modalidade de Aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 – Transferências à União;

II - 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

III - 40 – Transferências a Municípios;

IV - 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

V - 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;

VI - 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;

VII - 80 – Transferências ao Exterior;

VIII - 90 – Aplicações Diretas;

IX - 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta¹;

X - 99 – A ser definida.

§ 3º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;

Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;

Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide;

Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;

Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas Prosam / Pedu / Paranasan;

Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – Funsauúde;

Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;

Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – Feap;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – Funrefisco;

Fonte 129 - Taxas de Polícia – Funrespol;

Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/95;

Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 - Taxa Ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;

Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB;

Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;

Fonte 130 - Operação de Crédito Externa – Paraná 12 Meses / BIRD;

Fonte 136 - Operação de Crédito Externa – Proem / BID;

Fonte 137 - Operação de Crédito Externa – Paraná Urbano II / BID;

Fonte 140 - Operação de Crédito Externa – Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC;

Fonte 142 - Operação de Crédito Externa – PR 12 Meses – Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Prodesus;

Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 16 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

GRUPO 45 – Fundef – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

1. Modalidade de Aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do Órgão Central de Orçamento.

Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – Funrestran;

Fonte 255 - Transferências da União – SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal – Serflor;

Fonte 260 - Multas Ambientais – Fema (Fundo Estadual de Meio Ambiente);

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacada por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO / 2007 à Assembléia Legislativa.

Art. 15. As autorizações par abertura de créditos adicionais consignadas na Lei Orçamentária para o exercício de 2007 serão limitadas por projetos e/ou atividades, assegurando as prerrogativas do Legislativo quanto ao acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Art. 16. O Programa de Obras será apresentado, no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, com classificação das obras por ordem de prioridade de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, podendo ser identificadas no Anexo V, pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-

financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV- anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 16 desta lei;

VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais;

IX - anexo VII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;

X - anexo VIII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;

XI - anexo IX contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas contidas no anexo VII.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 18. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2007 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º O Estado do Paraná, por ocasião da elaboração da proposta de Lei Orçamentária, realizará audiências

públicas em todas as regiões administrativas do Estado do Paraná.

§ 3º O Poder Executivo divulgará na internet, ao menos:

I - as estimativas das receitas de que trata o artigo 12 parágrafo 3º da Lei Complementar nº 101, de 2001;

II - a lei orçamentária estadual e seus anexos;

III - a execução orçamentária com o detalhamento das ações, por Órgão e Unidade, por função, sub-função e programa, mensalmente e de forma acumulada;

IV - o relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual;

V - até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal realizada até o mês anterior das receitas do orçamento fiscal e próprio da Administração Indireta e as do Sistema Previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes do demonstrativo encaminhados juntamente com a proposta de lei orçamentária, bem como de eventuais reestimativas;

VI - até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na lei orçamentária e no cronograma de arrecadação, mês a mês e acumulada.

Art. 19. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 20 As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2006, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 22. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2006.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Sefaz.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do Tesouro Estadual, de forma

a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 27. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 28. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 29. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 30. A lei orçamentária de 2007, incluirá verba necessária ao pagamento de débitos da Fazenda Pública Estadual, oriundo de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 1º As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até 20 de julho de 2006 a relação dos sébitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 01 de julho de 2006, a serem incluídos no orçamento de 2007, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da inscrição do precatório no Órgão/Unidade;
- VI - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

VII - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2006, conforme artigo 98, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);

VIII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento quanto se tratar de ação civil.

§ 3º A Fazenda Pública Estadual, encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado e ao Tribunal de Con-

tas, quadrimestralmente, até 15 (quinze) dias após, relatórios de pagamentos de precatórios realizados, elaborados na forma dos incisos I a VIII do parágrafo 2º, destacando-se os valores originais, da correção monetária e o montante pago no quadrimestre e acumulado.

Art. 31. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 33. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 34. O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2006, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2007.

Art. 35. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo mediante lei específica, com indicação da origem dos recursos e destinação detalhada por programa, projeto ou atividades, ação pretendida, natureza da despesa, fonte e valor a ser aplicado.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 37. A Lei Orçamentária para o exercício de 2007 conterá autorização para abertura de créditos adicionais até o limite de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais, e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo Único. É vedada a concessão de abertura de créditos ilimitados, nos termos do inciso VII do artigo 167 e 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Capítulo VI

Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 38. Os ajustes nos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas ações, produtos, metas físicas e financeiras e na regionalização serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2007.

Capítulo VII

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 39. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2006, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 40. No exercício financeiro de 2007 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do

Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

§ 4º O Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13666/06 e 9547/91, reajustará os vencimentos proventos, pensões e demais vantagens dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos últimos doze meses que antecedem à data base dos servidores públicos do Estado do Paraná

Art. 41. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo IX

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 42. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 43. As Coordenações dos Programas Financeiros deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2007, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 44. A Agência de Fomento do Paraná S/A, que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

Capítulo X

Disposições Transitórias

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2007, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo XI

Demais Disposições

Art. 46. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados.

§ 2º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no artigo 7º desta lei.

Art. 48. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 49. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia, dispondo sobre a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, os Planos de Desenvolvimento Regionais os Diretores Municipais **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/05, de 29.11.05).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/06, que objetiva instituir o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em conflito com a lei, visando garantir a profissionalização e a inclusão de adolescentes submetidos a medidas socioeducacionais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDDMCA. COM EMENDA DA CCJ, APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em discussão a Emenda da CCJ.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Está em discussão o projeto.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/05, de autoria do Deputado Elio Rush, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sicred e Sicob, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Está em discussão o projeto, ressalvada a Emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DUÍLIO GENARI (PT)

Pela Ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Quero registrar a presença de representantes do município de Nova Tebas: Vereador-Xará - Duílio Barbosa da Silva; suplente a Vereador José dos Santos; e liderança José Ivo Pereira. É uma satisfação termos os senhores junto conosco neste Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está em votação o Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 296/05.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, criando o Programa Especial de Atendimento para Fins e Renda e Emprego, às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 726/05**

Na ementa e no artigo 1º do Projeto de Lei nº 726/05, na pauta da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária, onde se lê “violência conjugal”, leia-se “violência doméstica”.

Sala das Sessões, em 28.06.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

José Domingos Scarpellini, Reni Pereira, Neivo Beraldin e Augustinho Zucchi.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça para Parecer.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 775/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, determinando o plantio de árvores nas linhas secas divisórias de todas as propriedades agrícolas, a partir de todas as suas confrontações, inclusive nas margens de estradas, vicinais ou de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e CEMA.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1699, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 775/05.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, denominando Rodovia Dr. Ernesto Dall’Óglio, o trecho da Rodovia Estadual PRT-163, que liga os municípios de Toledo e Quatro Pontes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

Os Itens nº 08 e nº 09, referentes aos Projetos de Lei nºs 149 e 150/06. Será feito um recesso de cinco minutos para que os projetos saiam da CCJ e venham para votação.

Suspendo a Sessão por cinco minutos.

(A Sessão é suspensa)

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Reiniciando os trabalhos, Pela Ordem, Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Quero registrar a presença, acompanhando a Sessão de hoje, do Prefeito de Realeza, Eduardo; também dos Vereadores, Sr. Marcos; Eli, do PDT que também acompanham a Sessão hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas ao Prefeito e seus acompanhantes.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas, dispondo sobre a equiparação salarial entre servidores públicos do Estado do Paraná de acordo com a mesma habilitação e equivalente carga horária. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO.

Em votação o projeto, ressalvada a Emenda. Em votação. **Aprovado.**

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Queria denunciar aqui uma articulação do PMDB para esvaziar o Plenário. Apenas a Deputada Elza Correia, corretamente, está aqui.

E agora o Deputado Reni Pereira, ao pedir verificação de votação, quer derrubar a Sessão, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Retiro a verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas uma Questão de Ordem, ressaltando aqui a posição do Deputado Reni Pereira. Ele quis por uma questão de precaução, não para derrubar a Sessão.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Mas derrubaria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está encerrada a discussão deste projeto.

Agora está em discussão, e em votação a Emenda de Plenário.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

Para encaminhar contra, Sr. Presidente, Nenhum argumento, só nesse sentido votar contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Projeto com parecer pela constitucionalidade da emenda.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, apenas para comunicar que o PDT vota com o Deputado André Vargas.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

O PFL da mesma forma e todos os representantes do PFL estão em plenário para votar a favor dos professores.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, só para registrar o voto favorável do Deputado Valdir Rossoni, e o meu, Deputado Traiano, do PSDB, a favor dos professores.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Registrar a votação dos Deputados do PPS a favor dos professores.

O SR. CHICO NOROESTE (PF)

O Deputado Chico Noroeste vota com os professores.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para registrar, Sr. Presidente, que o Deputado Jocelito, único membro do PTB aqui, votou a favor dos professores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Padre Paulo para fazer a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

(**Procede a leitura da emenda**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente!

(**Assentimento**)

Para votar a emenda, Deputado André Vargas, tem que ter quórum qualificado, ou não?

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Eu pediria o voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

Vai ser feita a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Solicito que o 1º Secretário, Deputado Padre Paulo, para proceder à contagem.

Por gentileza, peço aos Srs. Deputados que permaneçam em seus lugares, para que possamos fazer a verificação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

(**Procede a contagem**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e nove Srs. Deputados.

Está **rejeitada** a emenda.

(**Aplausos**)

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas, instituindo o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Quadros dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo

(Aplausos)

Em votação a emenda. Solicito ao 1º Secretário, Deputado Padre Paulo, que proceda a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)
(**Procede à leitura da Emenda**)

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)
Para Encaminhar, Sr. Presidente.
(**Assentimento**)

Eu solicitaria aos Deputados para rejeitarem a emenda, que apenas muda de remuneração para vencimentos, mas tem efeito para um plano de cargos futuro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

Verificação de votação a pedido do Deputado Durval Amaral.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queriam levantar-se.

Nenhum.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitada.

(Aplausos)

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)
Pela Ordem, Sr. Presidente.
(**Assentimento**)

Apenas para corrigir uma injustiça que fiz com o Deputado Reni Pereira, que de boa fé queria apenas garantir a votação. Ele votou conosco, retirou o pedido de verificação. Agradecê-lo, publicamente, pela votação, assim como a todos os Deputados e a toda a categoria, que aqui esteve.

(Aplausos)

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)
Pela Ordem, Sr. Presidente.

Apenas para fazer o registro, também, do Deputado Francisco Bühner, que acompanhou a votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)
Deputado Duílio Genari também.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)
Sr. Presidente, apenas para registrar a votação dos Deputados que aqui estiveram e votaram favoravelmente: Deputados Padre Paulo Campos; Cida Borghetti - agradecer também ao Presidente, que honrou todos os processos

de votação e colocou em votação, o que foi importante para nós: Barbosa Neto; Duílio Genari; Valdir Rossoni; Luiz Carlos Martins; Plauto Miró; Elza Correia, do PMDB - e queria ressaltar a importância da sua presença aqui; Elton Welter; Chico Noroeste; Luciana; Natálio Stica - e queria agradecer muito a sua presença; Tadeu Veneri; Hermes Fonseca; Ângelo Vanhoni, - meu companheiro Edson Praczyk, - que tem convenção hoje e correu para cá para nos ajudar - Reni Pereira; Marcos Isfer; Arlete Caramês; Jocelito Canto, Elio Rusch, Neivo Beraldin; Ailton Araújo; Durval Amaral - a sua importância na CCJ, Ademar Traiano, que foi o nosso Relator - Valdir Leite; e agradecer principalmente categoria pela mobilização e, graças ao compromisso dos Deputados, a Assembléia deu hoje um sinal que está favorável à educação e agora, a palavra está com o Governador.

Era isso, Sr. Presidente!

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, autorizando o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Votaremos o projeto, ressaltado o Substitutivo Geral.

Está em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação o substitutivo. **Aprovado.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Tibagi. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, autorizando o Poder Executivo a doar à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, o imóvel que descreve. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que estabelece em até 17 (dezessete) anos de uso o prazo de vida útil, de veículos utilizados na execução de serviços especiais de transporte intermunicipal sob regime de fretamento contínuo, eventual ou turístico e de escolar. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/06, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 3.283.100,00 (três milhões duzentos e oitenta e três mil e cem reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, visando atender despesas efetuadas na área de saúde e da educação. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, autorizando do Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Irati. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/06, que autoriza o Poder Executivo através da Fundepar, efetuar reversão ao município de Uniflor dos imóveis que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/06, de autoria da Deputada Elza Correia, declarando de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/06, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declarando de Utilidade Pública o Conselho Educacional da Convenção Batista Paranaense, com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, declarando de Utilidade Pública a Organização Não-Governamental dos Movimentos Populares Nacionais e Internacionais no Brasil, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, alterando o parágrafo único do artigo 17 da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de

maio de 1997. (Ensino). **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 070/05, de 29/06/05).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 426/05**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, altera o parágrafo único do artigo 17 da Lei Estadual nº 11.713 de 07 de maio de 1997.

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo nos artigos 178 e 183 da Constituição Estadual em consonância com a Carta Federal, garantindo constitucionalmente a valorização dos profissionais do ensino com garantia de padrão de qualidade em toda a rede e níveis de ensino a ser fixado em lei, com a devida normatização e garantia de aplicação pelo Poder Público Estadual.

Com a modificação do texto proposto pelo nobre Deputado, evita-se que projetos de ensino migrem para projetos com status de pesquisa ou extensão, pois o que se propõe é somente incluir na redação, projetos de ensino. Assim reza o artigo 17 e parágrafo único da Lei 11713/97.

“Art. 17. O vencimento básico do regime de dedicação exclusiva em qualquer uma das classes é equivalente ao vencimento básico com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na classe correspondente acrescido do percentual de 55.0% (cinquenta e cinco ponto zero por cento).”

Parágrafo único. Para o ingresso e permanência no regime de dedicação exclusiva os professores deverão, obrigatoriamente, estar em consecução de projetos de pesquisa ou extensão, além de atender ao estabelecido na lei e nas normas da Instituição de Ensino Superior.”

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1714, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 426/05.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1697, 1700 e 1702, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1698, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1701, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1703, de autoria do Deputado Elio Rush, com apoio dos Srs. Deputados Duílio Genari, Reni Pereira, Barbosa Neto e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1706 e 1708 a 1713, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1707, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1715, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 296/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 296/05; 186 e 260/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 538/05; 097, 342 e 358/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e seis, às dez horas e trinta minutos na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua quarta Reunião Ordinária, com a presença dos Srs.

Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposições nºs 047/06 e 048/06. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Marcos Isfer, Relator da Proposição nº 048/06, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, em seu artigo 14, referente ao mês de maio de 2006. A matéria proposta, após estudo conclusivo, mereceu do relator o parecer favorável, pois, as contas encontram-se exatas e atendem à sua regulamentação, ora em vigor. O parecer foi acompanhado por todos. A seguir, o Sr. Presidente declinou a palavra ao Deputado Antonio Anibelli, Relator da Proposição nº 047/06, que trata da prestação de contas que compõe os demonstrativos dos balanços financeiros, orçamentário e patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2005. A proposição foi rigorosamente analisada pelo relator, que deliberou pelo parecer favorável à aprovação da matéria, uma vez que o todo encontra-se correto e de conformidade a legislação vigente, sendo seguido pelos Srs. Deputados presentes à reunião. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os feitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Carlos Welter apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 071/06, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se ao expediente: retificando a 11ª ata, do dia 09 de maio, leia-se: havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 749/05, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões à emenda de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 753/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 100/06, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 108/06, de autoria do Deputado Airton Araújo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 535/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 565/05, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 203/06, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 204/06, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 211/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. O Deputado Nelson Justus, relator, solicita a conversão da matéria em diligência junto às Secretarias de Estado da Fazenda e Planejamento - DEFERIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 216/06, de autoria dos Deputados Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 218/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Hermes Fonseca, relator, solicita a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 224/06, de autoria do Deputado Natálio Stica. O Deputado Nelson Justus SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente;

13) Projeto de Lei nº 462/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 220/06, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 221/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 225/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. O Sr. Deputado Carlos Simões solicita a inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 122/06 - APROVADO o requerimento; 17) Projeto de Lei nº 122/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 120/06, de autoria do Superior Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 027/05, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Miltinho Pupio - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 094/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. O Deputado Ademar Traiano, relator solicita a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes, lido pelo Deputado Miltinho Pupio - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 208/06, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo. Os Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães e Ratinho Júnior SOLICITAM VISTAS -

CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 726/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Hermes Fonseca SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Ratinho Júnior, Reni Pereira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação - Aprovada, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Ratinho Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 120/05, de autoria do Superior Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - REJEITADO. O Sr. Presidente colocou em votação o voto em separado do Deputado Carlos Simões - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto e Ratinho Júnior. Neste momento, o Sr. Presidente passou a presidência para o Deputado Ratinho Júnior. Requerimento dos Deputados Ângelo Vanhoni e Elton Welter solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 151/06 - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 151/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Requerimento do Deputado Hermes Fonseca solicitando preferência de votação do Projeto de Lei nº 259/06 - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 259/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO. Requerimento do Deputado Nelson Justus solicitando preferência de votação do Projeto de Lei nº 260/06 - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 260/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. Requerimento do Deputado Carlos Simões solicitando preferência de votação do Projeto de Lei nº 261/06 - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 261/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 33/06 de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 066/06 de autoria do

Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 087/06 de autoria do Deputado Delegado Braddock. O Sr. Deputado Antonio Anibelli solicita vistas - Concedidos pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 099/06, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - REJEITADO. O Sr. Presidente designará novo relator; 09) Projeto de Lei nº 106/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 558/05, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 131/06, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Proposição-Veto nº 037/06 de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 243/05 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 13) Proposição-Veto nº 038/06 de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 019/06 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO. Requerimento do Deputado Reni Pereira solicitando inclusão de votação ao Projeto de Lei nº 171/04 - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 171/04, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 434/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 153/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 197/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 206/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 232/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 238/06, de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de

Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - Aprovada, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se ao Expediente: Requerimento de inversão total de pauta do Deputado Antonio Anibelli - O Sr. Presidente coloca em votação - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 272/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 271/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma do substitutivo geral anexo - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 270/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 071/06, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 285/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 269/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus, na forma das emendas anexas - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 035/06 de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 544/05 de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus às emendas nº 4, 5, 6, 7 e 8, e contrário às emendas nº 1, 2 e 3 - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 224/06, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 214/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. O Deputado José Maria Ferreira, relator, exarou parecer no sentido de devolver o projeto ao autor para adequações - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira à Emenda nº 04 e FAVORÁVEL às demais - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 268/06 de autoria do Poder Executivo - Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 160/06 de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Alexandre Curi, Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - Aprovada, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 533/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Antonio Anibelli, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 726/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademir Traiano, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 061/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 207/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma do substitutivo geral - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 722/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 039/06 de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 276/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 709/06 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 780/05, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 786/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 226/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 227/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto. O Sr. Deputado Barbosa Neto solicita a retirada de pauta da matéria - Concedido pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 170/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 171/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 104/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 115/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme. O Deputado Luiz

Carlos Martins, relator, solicita a conversão da matéria em diligência - Deferido pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 186/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma do substitutivo geral - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma do substitutivo geral - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 235/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 241/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 246/06, de autoria do Deputado Rafael Greca. O Deputado Ratinho Júnior, relator, solicita a conversão da matéria em diligência - Deferido pelo Presidente; 21) Projeto de Lei nº 256/06, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia. O Sr. Deputado Reni Pereira Solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 22) Projeto de Lei nº 265/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 267/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, lido pelo Deputado Alexandre Curi - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 280/06, de autoria do Deputado Natálio Stica. O Deputado Barbosa Neto, relator da matéria, exarou parecer no sentido de devolver o projeto ao autor para adequações - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 281/06, de autoria do Deputado Natálio Stica. O Deputado Barbosa Neto, relator da matéria, exarou parecer no sentido de devolver o projeto ao autor para adequações - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 282/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Proposição-Veto nº 042/06, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 330/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 28) Proposição-Veto nº 044/06, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 206/05 de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 560/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 651/05, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 140/06, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 195/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 251/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 252/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado

Duílio Genari - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 263/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 301/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 302/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão; 38) Projeto de Lei nº 303/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 304/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 305/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 308/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Ratinho Júnior e com a presença dos Srs. Deputados: Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca e Miltinho Pupio. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - Aprovada, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Antonio Anibelli. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 037/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 256/06, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 295/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 296/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 297/06, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Elton Carlos Welter, solicita a conversão da matéria em diligência junto à Casa Civil - Deferido pelo Presidente; 06) Proposição-Veto nº 043/06, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 683/05 de autoria do

Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 45/06, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 748/05 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 299/06, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Barbosa Neto. Passou-se ao expediente: Requerimento do Deputado Nelson Justus solicitando preferência de votação do Projeto de Lei nº 242/06 - Aprovado. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 242/06, de autoria do Poder Judiciário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 080/06, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 087/06, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - REJEITADO. O senhor Presidente coloca em votação o voto em separado do Deputado Antonio Anibelli, FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 212/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 213/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. O Deputado José Maria Ferreira, relator da matéria, exarou parecer pela devolução do Projeto de Lei ao autor - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 219/06, de autoria do Deputado Chico Noroeste. O Deputado José Maria Ferreira, relator, solicita a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 227/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Antonio Anibelli, sugerindo a transformação

em Indicação Legislativa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 228/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, sugerindo a transformação em Indicação Legislativa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 243/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Sr. Deputado Barbosa Neto SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 538/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior. O Deputado Nelson Justus SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões às emendas de Plenário - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 781/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 072/06, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 245/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 096/06, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 277/06, de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 291/06, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 293/06, de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 320/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Publicações Administrativas:

PROTOCOLO: 3541/06

DATA: 04/05/06

ASSUNTO: 4º Termo Aditivo de Prorrogação Contratual

**4º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
CONTRATUAL**

CONTRATANTE:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede neste cidade

de Curitiba, Estado do Paraná, localizada à Praça Nossa Senhora da Salete s/nº, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-49, neste ato representada por seu Diretor Geral, senhor Abib Miguel;

CONTRATADA:

Centro de Educação Infantil Hora de Aprender Ltda, pessoa jurídica de direito privado situado à Rua Manoel dos Santos Barreto nº 181 em Curitiba, Paraná, inscrita no C.G.C./M.F. sob o nº 04.097.326/0001-30, neste ato representada por sua diretora, Eliane Beckhau-ser;

OBJETO:

A contratada, pelo presente instrumento, compromete-se a direcionar o serviço da escola/creche deste Poder;

PRAZO:

Termo inicial: 1º de julho de 2006.

Termo Final: 30 de junho de 2007.

PREÇO:

Em contraprestação aos serviços prestados será pago, mensalmente, o valor de:

50 alunos em período integral	R\$ 350,00+Convenção Coletiva
35 alunos 1/2 período	R\$ 340,00+Convenção Coletiva

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas previstas no contrato oriundo do Edital de Tomada de Preços nº 002/02.

Curitiba, 01.07.06.

(a) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 078

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Mesa Executiva 32

Presenças 32

Abertura da Sessão 32

Expediente:

Requerimentos 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão / Votação:

Redação Final33

3ª Discussão34

1ª Discussão34

Requerimentos36

Encerramento da Sessão36

Publicações:

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente.36

Publicações Administrativas36

DIÁRIO Nº 078

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 10ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

28 DE JUNHO DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (33).

término da Sessão Ordinária e a diminuição de inters-

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Edson Strapasson, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Natálio Stica, Nelson Justus, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Renato Gaúcho (21),

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1705

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de junho (quinta-feira), para logo após o título.

Sala das Sessões, em 28.06.06.
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Mariko Narata, na cidade de Umuarama. A falecida deixa viúvo o Sr. Daihachi Narata e dois filhos. À família enlutada as condolências deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 28.06.06.
(a) LUIZ NISHIMORI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 33 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 1705, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de junho (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 296/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/06, que objetiva instituir o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, visando garantir a profissionalização e a inclusão de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 296/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei.

Art. 2º O Programa será dirigido ao atendimento a adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, submetidos a medidas socioeducativas, assim como os que tenham sido beneficiados com remissão.

Art. 3º O Programa contará com a participação de instituições formadoras, Órgãos da Administração Pública Direta e da Indireta, além das entidades executoras de medidas socioeducativas.

Art. 4º O Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, tem por objetivo:

I - garantir continuidade ao processo de formação do adolescente iniciado com o cumprimento das medidas socioeducativas, através da articulação da rede de programas de socioeducação, que têm a missão de apoiar os adolescentes na consolidação de um novo projeto de vida;

II - fomentar políticas públicas de integração dos serviços governamentais e não-governamentais para a promoção educativa do adolescente em conflito com a lei;

III - criar oportunidade de ingresso do adolescente no mercado de trabalho, através do desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes, desenvolvendo o senso de responsabilidade e iniciativa através da consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como de valores éticos;

IV - propiciar aos adolescentes as condições para exercerem uma iniciação profissional na área da administração;

V - estimular a inserção ou re-inserção do adolescente no sistema educacional e, quando necessário, proporcionar o reforço escolar a fim de garantir e melhorar o processo de escolarização.

Art. 5º Ficam criadas setecentas vagas de auxiliar administrativo-aprendiz, no âmbito da Administração Pública Estadual.

Art. 6º Para atendimento ao Programa nos termos do artigo 1º e artigo 5º, será adotado no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e Empresas Públicas, o regime de aprendizagem previsto nos artigos 424 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (Lei 10.097/00) e Decreto Federal nº 5598/05, exclusivamente para inserção social de adolescentes em conflito com a lei, nos termos do artigo 227, *caput*, parágrafo 3º da Constituição Federal.

Art. 7º A seleção para contratação dos adolescentes visando o preenchimento das vagas, conforme disposto no artigo 5º, será realizada através de processo seletivo, mediante o atendimento aos critérios estabelecidos na regulamentação desta lei, conforme o artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 8º As despesas referentes à contratação dos adolescentes no padrão de salário mínimo hora - por vinte horas semanais correrão à conta da dotação orçamentária de pessoal em cada Instituição Pública.

Art. 9º A presente lei será regulamentada mediante decreto.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/05, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sicred e Sicob, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Conforme entendimento, o Deputado autor não se encontrando em plenário, retiramos o referido projeto da pauta de hoje.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/06, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 3.283.100,00 (três milhões, duzentos e oitenta e três mil e cem reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, visando atender despesas efetuadas na área de saúde e da educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

O Item 05, projeto de lei do Deputado Padre Paulo Campos foi retirado da pauta na Sessão anterior.

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que veda a duplicidade de cobrança de pedágio em todo o Estado do Paraná e dá outras providências.

O Item 06 tem parecer da CCJ, automaticamente também não poderá vir à pauta da Sessão de hoje. **Está retirado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que prevê tarifa diferenciada para a demanda noturna de energia elétrica por estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou prestadores de serviços urbanos, ou rurais, no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 014/06, de 15/03/06)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 097/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem o escopo de reduzir a tarifa de energia elétrica em 30% para estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, tanto urbano quanto rural, que ampliem suas atividades produtivas estendendo-as para o período noturno.

Conclusão

Portanto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 097/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, prevê tarifa diferenciada para demanda noturna de energia elétrica por estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou prestadores de serviço, urbanos ou rurais, no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se manifestar, conforme dita o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que a matéria está plenamente justificada pelo autor e deve seguir o seu trâmite pelos

demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/06, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Hermas Brandão, autorizando o Estado do Paraná a realizar obras em bens públicos municipais, em decorrência de convênios firmados com os municípios para a criação, aperfeiçoamento ou ampliação de ação governamental referente a serviços públicos essenciais das áreas de saúde, educação, segurança, cultura, assistência social e infra-estrutura. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 072/06, de 19.06.06.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 342/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Deputado Alexandre Curi, em seu artigo 1º autoriza o Poder Executivo a realizar obras em bens públicos municipais visando a criação, aperfeiçoamento ou ampliação de ação governamental referente a serviços públicos essenciais nas áreas de saúde, educação, segurança, cultura, assistência social e infra-estrutura.

Na justificação, o autor ressalta que o presente projeto de lei tem como objetivo proporcionar a realização de convênios entre os municípios paranaenses e o Governo do Estado para que o Poder Executivo realize obras em bens públicos municipais, visando a criação, aperfeiçoamento ou ampliação de ação governamental referente a serviços públicos essenciais nas áreas de saúde, educação, segurança, cultura, assistência social e infra-estrutura.

Diz ainda, *“a dificuldade dos municípios do Estado do Paraná é de conhecimento dos nobres Deputados, por isso solicitamos o apoio para a aprovação da proposição em tela que visa trazer condições para a realização de obras que irão beneficiar toda a comunidade paranaense.”*

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do nobre Deputado Alexandre Curi - autor do projeto, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legisla-

tiva, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 342/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Hermas Brandão, visa autorizar o Estado do Paraná a realizar obras em bens públicos municipais, em decorrência do convênio firmado com os municípios para a criação, aperfeiçoamento ou ampliação de ação governamental referente a serviços públicos essenciais das áreas de saúde, educação, segurança, cultura, assistência social e infra-estrutura.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se manifestar, conforme dita o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que a matéria está plenamente justificada pelo autor e deve seguir o seu trâmite pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros. Revoga parágrafo da Lei nº 10.981 de 27 de dezembro de 1994. (Dirigente sindical, afastamento do cargo, reeleição). **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 073/06, de 20.06.06.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 358/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado André Vargas e outros, visa revogar o parágrafo único do artigo 3º da Lei Estadual sob nº 10.981/1994, que reza acerca da liberação do dirigente sindical, sem prejuízo dos vencimentos, bem como, a previsão de sua reeleição por uma única vez.

Legitimidade e Legalidade

A iniciativa das alterações legislativas cabe aos mesmos parlamentares que detêm a iniciativa para a proposição de lei nova, ou seja, os mesmos elencados no artigo 65 da Constituição Estadual. Razão pela qual o presente projeto apresenta-se em consonância com o exi-

gido formalmente.

A Constituição do Estado prevê:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Nesse sentido, é válida a alteração que coaduna-se com a legitimidade de criação para tal, e por esse viés, o presente projeto apresentou-se em perfeita conformidade.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto a técnica legislativa Lei Complementar 95/98, bem como quanto a propositura e legitimidade da lei.

Assim, opinamos pela aprovação do presente em razão da sua plenitude constitucional.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1716, de autoria do Deputado Luiz Nishimori constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 296/05 e 260/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 097, 342 e 358/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio de 2006, reuniu-se na sala de reunião da Comissão de Ecologia e Meio Ambien-

te, sob a presidência do Sr. Deputado Francisco Bühler, com as presenças dos Srs. Deputados Renato Gaúcho, Cida Borghetti e José Domingos Scarpellini, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na sequência, o Deputado Francisco Bühler, Presidente da Comissão submeteu à votação o Projeto de Lei nº 644/05, de autoria do Deputado Renato Gaúcho. Relator Deputado José Domingos Scarpellini. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo da tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de 2006, reuniu-se na sala de reunião da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Francisco Bühler, com as presenças dos Srs. Deputados Renato Gaúcho, Cleiton Kielse e José Domingos Scarpellini membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na sequência, o Deputado Francisco Bühler, Presidente da Comissão submeteu à votação o Projeto de Lei nº 775/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relator Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo da tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

Publicações Administrativas:

PROTOCOLO: 3531/06

DATA: 04/05/06

REQUERENTE: PAULO CÉSAR S. M. PIMPÃO

ASSUNTO: 2º Termo Aditivo de Prorrogação Contratual

2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATANTE

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, localizada à Praça Nossa

Senhora da Salete s/nº, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-09, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. Abib Miguel.

CONTRATADA

Embrasil - Empresa Brasileira de Segurança S/C LTDA. CGC/MF nº 02.426.907/0001-42, com sede à Rua José de Alencar, 1173, Cristo Rei, Curitiba-Paraná, neste ato representada por seu sócio Amin Abil Russ Filho;

Objeto

Contratação de Serviços Especializados de Vigilância Armada na Sede da Contratante, situada à Praça Nossa Senhora da Salete s/nº, Centro Cívico em Curitiba, Estado do Paraná.

O serviço acima descrito consiste em 01 (um) Posto de Vigilância Armada de segunda à sexta-feira das 19h00 às 07h00 e sábados, domingos e feriados 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas;

Prazo

Termo inicial: 01 de agosto de 2006.

Termo final: 31 de julho de 2007.

Preço

Em contraprestação aos serviços prestados será pago, mensalmente, o valor de R\$ 6.894,42 (seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos), reajustados em razão de Convenção Coletiva de Trabalho.

Permaneçam inalteradas todas as demais cláusulas previstas no contrato oriundo do protocolo autorizatório nº 3592/2005.

Curitiba, 01 de agosto de 2006.

(aa) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ
EMBRASIL - EMPRESA BRASILEIRA
DE SEGURANÇA S/C LTDA

Despachos

PROTOCOLO: 4766/06

DATA: 01/06/06

INTERESSADA: GUDRUN NISIO

Despacho do Diretor Geral:

À deliberação do Sr. Presidente, opinando pelo indeferimento conforme parecer da Procuradoria Geral.

Curitiba, 14.06.06

(a) ABIB MIGUEL

Despacho do Presidente:

I - Indefiro - Acato Despacho Fls. 11-76 - Arquivar-se.

II - Ao Sr. Diretor Geral para as providências cabíveis.

Em 19.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

Despacho do Diretor Geral:

I - Ao DSE para publicação.

II - Ao DA para arquivar.

Em 21.06.06

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PROTOCOLO: 7172/05

DATA: 20/09/05

INTERESSADO: JOSÉ ROSA FILHO

Despacho do Diretor Geral:

À deliberação do Sr. Primeiro Secretário, opinando pelo indeferimento conforme parecer da Procuradoria Geral.

Curitiba, 14.06.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Despacho do Presidente:

1. Acato o parecer da Procuradoria-Geral.

2. Indefiro.

3. Encaminhe-se à Diretoria Geral.

Curitiba, 20.06.06.

(a) NEREU MOURA

1º Secretário

Despacho do Diretor Geral:

1) AO D.S.E. para publicação.

2) Ao D.P. para tomar as providências contidas no parecer da Procuradoria-Geral.

3) Ao D. A. para arquivar.

Curitiba, 20.06.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral



S U M A R I O

DIÁRIO Nº 079

67ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva 38

Presenças 38

Abertura da Sessão 38

Expediente:

Requerimentos 39

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Redação Final39

2ª Discussão40

Requerimentos40

Encerramento da Sessão41

Publicações:

Comissão Executiva:

Atos41

Diretoria Geral:

Portarias42

Portarias DAT43

DIÁRIO Nº 079

67ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Arlete Caramês, secretariada pelas Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti.

Presenças:

Às doze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Alexandre Curi, André Vargas, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia,

Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (34).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Mauro Moraes, Nelson Justus, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Renato Gaúcho (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Queremos dar as boas vindas aos alunos da Unicep, saudar os professores que os acompanham: Professora Letícia Tavares, Professora Bárbara, Professor Kleiton e Professor Felipe.

Nossas boas vindas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Só quero registrar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Faxinal, Vereador Gilberto, juntamente com o Secretário Municipal.

É uma satisfação tê-los em nossa tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas vindas aos ilustres visitantes.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte Expediente.

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1718

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 358/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, item 05 da Ordem do Dia, por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 34 Srs. Deputados.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 296/05, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sicred e Sicob, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 296/05 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Nas localidades que não dispõem de bancos oficiais o pagamento dos servidores estaduais far-se-á em agências de outros bancos, situadas na localidade de trabalho do servidor, se ativo, ou na localidade de residência, se inativo.

Art. 2º Fica facultado às prefeituras municipais, ao Estado e suas Secretarias, às autarquias e empresas públicas vinculadas ao Poder Público, a efetuarem movimentações financeiras nas cooperativas de crédito.

Art. 3º Fica permitido, aos Poderes Públicos Estadual e Municipal, a realização de convênios com as cooperativas de crédito, para o recolhimento de tributos, pagamentos de proventos aos servidores públicos e concessão de empréstimos para servidores públicos com débito em conta.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 13.527, de 24 de abril de 2002.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 260/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/06, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 3.283.100,00 (três milhões, duzentos e oitenta e três mil e cem reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, visando atender despesas efetuadas na área da saúde e da educação. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 260/06 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.997, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 3.283.100,00 (três milhões, duzentos e oitenta e três mil e cem reais), com a criação das seguintes atividades orçamentárias: Transmissão de Dados - Ações em Educação e Transmissão de Dados - Ações em Saúde, conforme anexos I, II, III e IV desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do cancelamento de dotação conforme Anexo V desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Apenas para convidar aqui os Deputados que fazem parte da Comissão de Fiscalização das Fazendas Invadidas do Oeste: daqui a pouco teremos uma reunião, onde apresentaremos o nosso Relatório e as ações subsequentes para dar prosseguimento aos nossos trabalhos, inclusive com requerimentos já aprovados por esta Mesa Executiva, Sr. Presidente, logo após o término desta Sessão.

Portanto, os Deputados Elio Rusch, Reni Pereira, Barbosa Neto, Duílio Genari, Miltinho Pupio e José Maria Ferreira estão convocados para esta reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que prevê tarifa diferenciada para a demanda noturna de energia elétrica por estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou prestadores de serviços, urbanos ou rurais, no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/06, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Hermas Brandão, que autoriza o Estado do Paraná a realizar obras em bens públicos municipais, em decorrência de convênios firmados com os municípios para a criação, aperfeiçoamento ou ampliação de ação governamental referente a serviços públicos essenciais das áreas de saúde, educação, segurança, cultura, assistência social e infra-estrutura. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros, que revoga parágrafo da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994 (dirigente sindical, afastamento do cargo, reeleição). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de solicitar a retirada deste projeto por cinco Sessões, para que pudéssemos analisar, com a finalidade de evitarmos um possível veto do Governo. O requerimento já está encaminhado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, estou solicitando que seja mantido na Ordem do Dia, porque este projeto já foi discutido aqui. Inclusive discuti com o Deputado Dobrandino e os Deputados sabem que é um projeto que faz a mudança no parágrafo único do artigo 3º, e justamente aquele que faz com que não tenhamos este problema que estamos tendo hoje, com oito professores voltando ao seu local de trabalho por conta deste projeto, desta lei que existe.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Requerimento nº 1718, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 358/06. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Cinco Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Dezenove Deputados rejeitam.

Não há quórum para deliberação.

Portanto, fica **prejudicado** o requerimento.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1717, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, quero fazer um convite a todos para a convenção do PDT na próxima sexta-feira, às 15 horas, na Sociedade Morgenau, onde vamos confirmar a candidatura e a eleição - vamos homologar e confirmar - do vitorioso Osmar Dias! O vice estamos em conversação com o Deputado Hermas Brandão, que poderá, com todo prazer, ser o filho dele, o Hermas Brandão Filho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço, mas não há esta possibilidade.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Da mesma forma, o PFL fará sua convenção na sexta-feira, às 10 horas da manhã, no Restaurante Madalosso, junto com o PPS, para a homologação da candidatura do Rubens Bueno.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Só para convidar a todos os Deputados, curiosos, imprensa, para a oficialização que haverá hoje, no PSB, o Severino Araújo, que desistiu de ser candidato ao Governo e vai apoiar o candidato Osmar Dias. Com isso vamos poder contribuir no programa de Governo do Álvaro Dias, que já estávamos elaborando, com o Severino, com a desistência da candidatura. Todo o trabalho que fizemos vamos levar ao nosso futuro Governador Osmar Dias. Vai ser na sede do PDT, às 14h00, ali na Rua da Glória.

Então, convidamos a todos aqueles que queiram marchar nessa linha da democracia para vermos o Paraná realmente sendo administrado por um democrata.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para, como última Sessão do semestre, agradecer esses seis meses de convivência que tivemos aqui, o exercício da democracia; tivemos divergências, todos nós no campo das idéias, tivemos uma generosidade do ponto de vista do companheirismo, isso é importante deixar consignado, e agradecer às comissões da Casa, os funcionários de todos os setores, à nossa assessoria de gabinete que nos auxiliaram durante esse semestre e fizeram com que pudéssemos desenvolver o nosso trabalho com afinco.

Logicamente todos nós teremos um mês de muito trabalho, e esperamos que ao retornar possamos aqui nesta Casa, com a colaboração da Mesa, como sempre dos funcionários, continuarmos o nosso exercício de Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ao encerrar quero agradecer a todos os Parlamentares, a todos os funcionários da Casa, principalmente aos funcionários da Mesa pela dedicação, pelo companheirismo. E tenho certeza, ainda falava hoje para a imprensa falada, escrita e televisionada, que me questionavam quantos projetos nós votamos nesse semestre. Vamos fazer um balanço na próxima segunda-feira, mas tenho certeza que foi a Assembléia do Brasil que mais produziu e votou projetos.

A Câmara Federal votou no primeiro semestre quatro projetos, a Assembléia de São Paulo não votou mais que vinte projetos, e nós aqui com certeza superamos mais de duzentos projetos, fora as ações das comissões instaladas, houve trabalho externo, agora recentemente ainda sob a presidência do Deputado Elio Rusch, junto com o Deputado Barbosa Neto, tivemos aí a visita às fazendas lá no sudoeste do Estado. Então, realmente a Assembléia cumpriu o seu dever como um Parlamento democrático.

Aqui realmente, como a Deputada Elza falou, nós temos divergências, e é normal na democracia ter diver-

gências, mas todos nós estamos imbuídos, tenho certeza absoluta, de trabalharmos cada vez mais por nosso Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Presidente Hermas, V. Exa. me permite, apesar de inconveniente, uma Questão de Ordem.

Nós sabemos que estamos no período de decisões, e eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa, que o senhor não fosse candidato a vice, fosse candidato a Deputado e permanecesse aqui conosco, porque a sua experiência vai fazer muita falta o ano que vem nesta Casa, e certamente V. Exa. como Deputado estará aqui conosco e nos ajudando a legislar e discutir as questões do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Mas não é isso que V. Exa. sempre me fala, que precisa se ver livre de mim aqui na Casa.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o senhor sabe que será muito bem-vindo como vice do PMDB, certamente a coligação vitoriosa.

Mas eu só faço um parênteses porque eu esqueci de incluir nos meus agradecimentos a imprensa que tem estado conosco cotidianamente aqui no exercício dos nossos trabalhos. E com certeza o senhor não vai levar em consideração o apelo porque o senhor já é o vice da chapa do PMDB.

Seja bem-vindo!

Encerramento da Sessão:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, convocando os nossos Srs. Deputados e as nossas Exmas. Deputadas para a Sessão de reinício dos trabalhos no segundo semestre para o dia primeiro de agosto, uma terça-feira, às 14:30 horas.

Sucesso para todos.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:***Comissão Executiva******Atos*****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 451/06**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob nº 1382/05, datado de 14 de março de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 371/05, publicado no Diário da Assembléia Legislativa, de 10.08.05, que passará a constar nos seguintes termos:

Conceder aposentadoria, por invalidez, a FRANCISCO DOS SANTOS, matrícula nº 40.320, funcionário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ocupante do cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Coordenação de Divulgação, de acordo com o item I, parágrafo 1º, do artigo 40, da Constituição Federal, combinados com os artigos 139, 224 e 235 da Lei nº 6.174/70, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de quatro (04) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da citada Lei nº 6.174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 586/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido na data de hoje, do Sr. Deputado Arthur Gotuzzo de Souza, acontecimento que enlutou toda a família paranaense;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do Sr. Arthur Gotuzzo de Souza, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra. O ex-Deputado Arthur Gotuzzo de Souza exerceu mandato na 3ª Legislatura (1955/58) e na 7ª Legislatura (1971/74).

R E S O L V E :

Decretar Luto Oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. Deputado Arthur Gotuzzo de Souza.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral:

Portarias

PORTARIA Nº 072/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta dos processo protocolado sob nº 5142/06, datado de 08 de junho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Prorrogar, a licença sem vencimentos de CARMEM CÉLIA FREGONEZE, matrícula 40602, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Consultora Administrativa NUD-03, até 31 de dezembro de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, 08.05.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 074/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolado sob nº 4655, datado de 30 de maio de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na Ficha Funcional de ADENIR NEVES ROCHA, matrícula nº 40235, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 03 de agosto de 1983, lotada na Coordenação do Serviço Médico-Odontológico, exercendo o cargo NTC-3, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 40, da Constituição Federal, e, com a mesma redação, o parágrafo 9º, do artigo 35, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 20/98, os tempos de dois (02) anos, dois (02) meses e quatorze (14) dias, mais três (03) anos, dez (10) meses e dezessete (17) dias, em que prestou serviços à Prefeitura Municipal de Iretama, Paraná, constantes nas Certidões emitidas por aquela Prefeitura Municipal.

Gabinete da Diretoria Geral, 13.06.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 076/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processo protocolado sob nº 5026/06, datado de 07 de junho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, DIRCE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 40340, de vinte (20) dias, a partir de 05 de junho de 2006, CID-I.119. H.83-2.

Gabinete da Diretoria Geral, 12.06.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 077/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processo protocolado sob nº 4922/06, datado de 06 de junho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANDREA MARIA SILVERIO RIGHETTO MORETTO, matrícula nº 40738, de cento e vinte (120) dias, a partir de 10 de maio de 2006, CID-10 - 080.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 16.06.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 078/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processo protocolado sob nº 4999/06, datado de 07 de junho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ILKA FINIMUNDO, matrícula nº 40477, de trinta (30) dias, a partir de 05 de junho de 2006, CID.10 - I.32.0+F-32.

Gabinete da Diretoria Geral, 12.06.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Portaria DAT:

PORTARIA Nº 018/06 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005 nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3600	2000	100	3.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1300	2000	100	3.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 20.06.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

NEREU MOURA

Primeiro Secretário

